

A economia no novo governo Lula

JORNAL DO BRASIL 31 DEZ 2006

Walter Machado de Barros,
presidente do Instituto
Brasileiro de Executivos de
Finanças (Ibef-SP)

AINDA ANTES DAS ELEIÇÕES, com as pesquisas já apontando a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, fui questionado por um cliente sobre o que esperar deste segundo mandato do presidente, principalmente sob o ponto de vista da economia. Ao responder, notei certo espanto em seu olhar, quando me ouviu dizer que o presidente Lula surpreenderá, realizando reformas estruturais e dando um novo direcionamento aos gastos públicos.

Creemos que haverá "atitude" no novo governo. Não há mais tempo para o jogo de empurra entre o Executivo e o Legislativo, sobre a responsabilidade da demora em aprovar a reforma tributária, parada há mais de dois anos. Se antes o discurso do presi-

dente era de que o governo "já havia feito sua parte", agora ele se mostra mais preocupado do que nunca com a necessidade de trabalhar pela aprovação do texto ainda em 2007. O mesmo esforço será visto em relação às reformas trabalhista e previdenciária.

Paralelamente, a busca de equilíbrio na economia também exigirá a melhoria de serviços – saneamento, habitação, saúde, educação. Creemos que, neste novo mandato, serão direcionados recursos públicos para a infra-estrutura, tornando o país atrativo aos investimentos produtivos. Hoje, a concentração demográfica no litoral do Brasil se deve, em boa parte, à falta de condições adequadas em várias regiões no interior do país.

Ou seja, os investimentos públicos terão de atender a essa necessidade também. Fica claro que, para isso, o novo mandato precisará olhar com mais

atenção para as despesas, com o crescimento dos gastos acontecendo em ritmo menor que o do PIB. Isso significa dizer que haverá necessidade de maior eficiência do gasto, também mirando a valorização da logística, esta sim grande responsável pelo chamado custo Brasil.

É urgente integrar as re-

Não há mais tempo para o jogo de empurra entre o Executivo e o Legislativo

giões do país e facilitar o desenvolvimento das cadeias produtivas. A logística é central para aumentar o fluxo entre regiões pobres e ricas, de tal modo que não fique oneroso investir, criar fábricas e serviços em regiões mais remotas.

Com a inflação fora da lista de preocupações, isso tudo se

torna mais viável. Porém, a esperada expansão de pelo menos 5% nos próximos anos somente será sustentada pelo tripé: (1) adequação dos investimentos públicos; (2) menor carga tributária; e (3) juros menores.

Sobre os demais temas da política macroeconômica, Lula deverá manter a meta de inflação, o superávit primário de 4,25% do PIB e o sistema de câmbio flutuante. Sobre o salário mínimo, o segundo mandato deverá ter aumentos reais, mas em ritmo menor que o observado nos últimos anos.

Viveremos um ano de 2007 de clara convergência pelo crescimento, ainda mais porque o novo mandato do presidente Lula não será de "oposição" ao que já foi conquistado, através da austera política monetária aplicada de forma competente pelo Banco Central. Será um governo, no entanto, ciente da

necessidade de desdobramentos da política de ajuste. Enfim, a melhor resposta que o governo federal deverá dar às incertezas será fazer o que tem de ser feito, independente de política partidária, ataques à "herança maldita" e outros que tais.

A situação está muito clara: o capital de longo prazo somente aportará no Brasil quando as instituições, notadamente o Governo Federal, deixarem bem claro que assumiram uma atitude pró-capital privado, uma atitude assertiva, demonstrada através de ações concretas, cujos pontos principais apontamos acima. O capital de risco, de investimento no longo prazo, que realmente contempla o setor produtivo, esse está aguardando cabais demonstrações de que este governo, agora em seu segundo mandato, finalmente conseguirá gerar confiança jurisdicional de forma perene.